

# Projeto Floram é modelo para área florestal

De São Paulo

Vinte anos após ser lançado com objetivo de promover o reflorestamento para a captura de carbono da atmosfera, o Projeto Floram — que nunca chegou a ser encampado pelo governo federal — ressurgiu das cinzas como modelo estratégico para direcionar o desenvolvimento florestal do país na próxima década. “Foi uma iniciativa pioneira, concebida por cientistas brasileiros de renome quando ainda eram incipientes as discussões sobre mudanças climáticas”, relata a pesquisadora Silvia Krueger Pela, ao defender tese sobre o tema na Universidade de São Paulo (USP), comparando as metas do antigo projeto com os avanços e retrocessos do setor florestal nas últimas décadas.

A ideia do Floram nasceu após o congresso “Climate and Development”, em Hamburgo, na Alemanha, ocasião em que o Brasil foi questionado por não ter um projeto para plantar florestas e fixar carbono, considerando sua extensão territorial e o clima favorável ao rápido crescimento das árvores. “Ho-

je, o assunto volta à tona, embora em cenário diferente”, afirma o professor Jacques Marcovitch, orientador da tese e integrante do grupo de trabalho que criou o Projeto Floram no Instituto de Estudos Avançados da USP, em 1990, dentro de uma abordagem multidisciplinar e inter-setorial.

“A retomada tem como contexto atual o debate sobre alterações no Código Florestal e as mudanças do clima, com metas do Brasil para reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões de gases do efeito estufa até 2020”, diz Marcovitch.

Dois anos antes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), o projeto era cobrir no país 20 milhões de hectares, equivalente a quase o tamanho do Estado de São Paulo, para capturar 5 bilhões de toneladas de carbono em 30 anos, conciliando demandas sociais, ambientais e econômicas. Mas entre 1991 e 2009 o reflorestamento atingiu só um quarto dessa meta — grande parte executada pelo setor produtivo, principalmente papel e celulose e siderurgia.

A atividade florestal represen-

tava 17,5% das ações do projeto, envolvendo 2,3% do território brasileiro, além da agricultura e preservação dos ecossistemas (43,5%) e ações corretivas em áreas de importância ecológica do Pantanal, Caatinga e Amazônia (39%). “Tratava-se de uma plataforma, uma base de conhecimento estratégico que não seguiu adiante por conta da omissão do governo federal”, destaca Luiz Barrichelo, diretor do Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF), em Piracicaba (SP), também criador do projeto. “Hoje, o desafio vai além e está em associar produção florestal e conservação.”

Segundo o professor José Goldemberg, co-autor do Floram citado na tese sobre os impactos do projeto, a previsão era o reflorestamento de aproximadamente 2 milhões de hectares por ano. “Olhando o retrospecto, a ideia parece ingênua, pois o ideal deveria ser reduzir o desmatamento, conforme está em voga hoje.”

A necessidade atual é integrar as florestas nativas ao processo. “Prevíamos a aplicação da ciência para

pressionar políticas públicas e evitar que o reflorestamento seguisse apenas os interesses das empresas”, conta o cientista Aziz ab Saber, um dos pioneiros no setor. Foram realizados estudos detalhados sobre diferentes condições geográficas e espécies para plantio e, pela proposta original, todos os municípios brasileiros deveriam ter um horto florestal.

Os objetivos eram estabilizar emissões, conservar ecossistemas, reflorestar, usar energeticamente a madeira e desenvolver a cadeia florestal. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aumentou conforme previsto. “Mas falta arranjo institucional para o Brasil passar de vilão a líder mundial”, diz James Wright, diretor da FIA Business School.

Além de políticas públicas, o estudo destaca que é fundamental o modelo das parcerias público-privadas para mobilizar recursos e sustentar financeiramente a atividade, revertendo problemas como a inexistência de mecanismos econômicos e estratégias que vinculam a maior oferta de madeira à demanda produtiva.